



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**RESOLUÇÃO TC Nº 217, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.**

**ANEXO VIII**

**DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE**

Determinação/Recomendação	Situação	Ações	Justificativa
Processo TC nº <b>22100355-1</b>	Prestação de Contas 2021	1. atentar para o dever de observar o limite de gastos com pessoal promovendo uma gestão fiscal responsável, consoante preconiza a Constituição da República, artigos 37 e 169, e Lei de Responsabilidade Fiscal, artigos 1º, 19 e 20	O Poder executivo Estabeleceu decreto para redução de limite de pessoal e reequilíbrio entre despesa e receita
		2. atentar para o dever do Chefe do Poder Executivo atuar para sanar o déficit atuarial do RPPS e haver um equilíbrio financeiro e atuarial, inclusive adotando medidas para implementar alíquotas preconizadas nas avaliações atuariais;	O Chefe do Poder executivo decretou análise e estudo de viabilidade de sanar déficit atuarial do RPPS e adotou medidas de aportes.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

		3. atentar para o dever de instituir o Regime de Previdência Complementar (RPC);	O poder executivo está analisando viabilidade orçamentária;
		4. tentar para o dever de enviar projetos de Lei Orçamentária Anual (LOA) com estimativa realista das receitas, conforme o histórico de arrecadação, assim como um adequado limite e instrumento legal para a abertura de créditos adicionais de forma que a LOA se constitua efetivamente em instrumento de planejamento e controle;	A LOA que foi enviada está realista com a arrecadação prevista e foi encaminhada em 2023 mantendo-se rigorosa em atender à realidade local
		5. atentar para o dever realizar uma gestão financeira e orçamentária equilibrada e responsável, a fim de que o Poder Executivo tenha condições de arcar com as obrigações, assim como de cumprir com o papel constitucional conferido aos Municípios;	O Chefe do Poder executivo recomendou através de Decreto o reequilíbrio orçamentário adotando medidas pontuais para que os limites constitucionais fossem respeitados.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

		6. atentar para o dever de adotar todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis visando à arrecadação dos tributos municipais e dos créditos inscritos em dívida ativa	O município tem intensificado as cobranças administrativas parcelamentos de dívidas antigas, o município implantou um sistema eletrônico com pagamento via boleto bancário, com banco conveniado assegurando assim a lisura da cobrança.
		7. aprimorar o controle contábil por fontes/destinação de recursos, a fim de que seja considerada a suficiência de saldos em cada conta para realização de despesas.	O controle interno municipal intensificou as ações de controle orçamentário rígido, mantendo a gestão informada de quaisquer alteração que possa impactar no equilíbrio financeiro/orçamentário, o acompanhamento é realizado através de programa integrado de gestão.
<b>23100651-2</b>	2022	Não há deliberações	

**LEGENDA:**

**Determinação/Recomendação:** elencar, uma a uma, por processo, as determinações ou recomendações contidas nas deliberações (decisões ou acórdãos) emitidas pelo TCE/PE, nos três últimos anos, compreendendo o referente ao da prestação de contas e os dois anteriores.

**Situação:** informar se a determinação ou recomendação foi cumprida (implementada), implementada parcialmente ou não implementada.

**Ações:** informar as ações adotadas para implementação da determinação ou recomendação correspondente.

**Justificativa:** este campo deverá ser preenchido com os esclarecimentos julgados pertinentes em caso de não implementação ou implementação parcial da determinação ou recomendação correspondente.



Documento Assinado Digitalmente por: CRISTIANE CANABARRA FRANCO DE ANDRADE, EDVALDO MARCOS RAMOS FERREIRA  
Acesse em: <https://etc.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2bec1ca9-c777-44da-8408-3331e0e23463



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**